

Educação

Ensino, pesquisa e agricultura

OCTAVIO MELLO ALVARENGA

Neste recomeço democrático da vida administrativa brasileira, vários assuntos emergem e outros são deixados para trás, permanecendo debaixo do balaio — o fechamento, pelo Governo Itamar Franco, do Conselho Federal de Educação.

Ainda tenho diante dos olhos dois artigos publicados em 10 de novembro passado por dom Lourenço de Almeida Prado e Padre Laércio Dias de Moura, ambos manifestando revolta e perplexidade diante da Medida Provisória nº 661, de outubro do ano passado.

A medida governamental, no dizer de dom Lourenço, reduziu "a nada uma lei de longa e memorável história, como a das Diretrizes e Bases da Educação, sumariamente supressa".

O assunto nos leva à era de Getúlio Vargas e a inevitáveis comparações entre o estágio atual das universidades brasileiras, reproduzindo-se por todo o país, e a existência das faculdades livres que há poucas décadas sobreviviam bravamente.

O que terá o assunto a ver com os interesses da agricultura?

O professor João Cláudio Todorov, reitor da UnB, no artigo "O futuro da Universidade" (O GLOBO, 2/12/94), alerta sintomaticamente: "Recentes transformações científicas e tecnológicas têm determinado avanços fantásticos na produtividade agrícola mudando radicalmente o peso e a função da terra como elemento decisivo no processo de produção de alimentos."

Ora, o ensino, como base, e a pesquisa, como decorrência imediata, são fundamentais para que uma universidade dê seu recado.

Consideremos as três etapas na formação do jovem: a primária, a secundária e a superior.

A Constituição garante o ensino para todos. Garante ou pretende garantir?

Foi com Gustavo Capanema como ministro do Estado Novo que se criou no Rio de Janeiro a Universidade do Brasil. Foi ainda nessa época que o prefeito Pedro Ernesto fundou a Universidade do Distrito Federal. E, mas do que tudo, foi do confronto entre a

visão política dos administradores e da radicalização ideológica de alguns, que o estado de São Paulo começou a capitalizar recursos, simpatia e competência.

Tendo Alceu Amoroso Lima do lado conservador, esgrimindo armas e inteligências contra o professor Anísio Teixeira, o resultado foi desastroso para a Universidade do Distrito Federal (que fechou as portas), mas resultou em benefícios futuros para o nascimento da PUC. Caçando bruxas comunistas, o doutor Alceu (que mais tarde se tornaria próximo e amigo da esquerda) serviu de sulcador intelectual no caminho de alargar uma concepção universitária para o ensino superior brasileiro.

Teremos saído da fase de "terrível incultura", referida por Ortega y Gasset quando escreveu sobre a missão da Universidade?

É bem possível.

Como define o crítico e filósofo espanhol uma "universidade"?

"*Stricto sensu*", responde ele, "é a instituição que ensina ao estudante médio a ser um homem culto e um bom profissional".

Anísio Teixeira, que muito influenciou uma geração de educadores numa plaquete de 1954, "A Universidade e a Liberdade Humana", critica a organização escolar do Brasil, pelo fato de "tão-somente inculcar alguns conhecimentos teóricos ou noções simploriamente práticas".

Eis aí o fulcro da questão. Uma universidade nem pode garantir o conhecimento teórico vagamente aprendido pelo aluno, nem se contentar com as noções meramente práticas da especialidade escolhida. Precisa ser maior nos dois campos.

Recentemente o professor Arthur Roquete de Macedo ("A Educação e o Custo Brasil") salienta a imperiosa aproximação que deve ser feita entre os setores produtivos estatal e privado, numa parceria amadurecida e responsável "na capacitação tecnológica e desenvolvimento do país, com progresso econômico e melhoria de vida". "Nos países desenvolvidos a participação do setor privado chega a 75% do PIB." Aqui? O Estado carrega o ônus maior, com 80%.

Alguma coisa tem de ser alterada. A participação e a responsabilidade das instituições e empresas privadas devem refletir-se no ensino superior e na pesquisa.

Octavio Mello Alvarenga é presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.